



---

## Semiótica e cultura: campos do conhecimento\*

Norma Discini\*\*

---

**Resumo:** Neste ensaio examinaremos campos do conhecimento, concebidos como articulações semióticas da cultura. Partindo de pressupostos relativos à definição de campo apresentada por Bakhtin (2003), atentaremos para as articulações semióticas internas ao próprio campo – do que despontará o cotejo entre a literatura e a historiografia. Reinterpretado, o conceito de campo remeterá a condições de produção de uma semiose alargada para além dos limites de cada texto, sem que o texto seja descartado como unidade de análise. As condições de produção textual serão observadas conforme a vinculação delas a determinada *práxis enunciativa* (Bertrand, 1993), e conforme o entendimento de que a cada campo corresponde um modo estável de mobilizar a estesia da linguagem. Tal estabilidade favorecerá a apreensão do *éthos* da literatura e do *éthos* da historiografia, concebidos cada qual como determinada *hexis* corporal (Fontanille, 2008).

**Palavras-Chave:** cultura; campo; práxis enunciativa; éthos.

---

---

\* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2021.184016> .

\*\* Docente do Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística geral da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [normade@uol.com.br](mailto:normade@uol.com.br) . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3491-1203> .

## Notas preliminares

Como interrogar a cultura? No *Dicionário I de Semiótica* (Greimas; Courtés, 2008, p. 522-524) a noção de cultura, vinculada ao “conjunto daquilo que existe” (p. 522), associa-se primeiramente ao conceito de universo – um universo definido como uma totalidade de significações. Entendido como dotado de existência semiótica, o universo é designado *semântico* e é considerado inscrito na estrutura que liga um sujeito cognoscente a um objeto de conhecimento – o objeto visado. Declaram os autores que o universo semântico é apreensível graças a articulações diferenciadoras, as quais sustentam “estruturas axiológicas elementares que, na qualidade de universais, permitem empreender a descrição” (Greimas; Courtés, 2008, p. 523) do sentido no patamar profundo de sua geração. Para isso distinguem o universo individual, articulável segundo a categoria *vida / morte*, e o universo coletivo, articulável segundo a categoria *natureza / cultura* – apontados, ambos, como suscetíveis “de serem assumidos, interpretados e articulados de maneira particular, seja por um indivíduo, seja por uma sociedade” (Greimas; Courtés, 2008, p. 523). Segundo a mesma fonte, ao que foi apontado como individual corresponde o *universo idioletal*, que diz respeito “ao que se entende geralmente por ‘personalidade’” (Greimas; Courtés, 2008, p. 523). Ao que foi designado coletivo, logo social, associa-se o *universo socioletal*, “que corresponde a esta ou aquela ‘cultura’” (Greimas; Courtés, 2008, p. 523). Como componente do nível das estruturas semânticas profundas da geração do sentido, a relação *natureza / cultura* reaparece para fundamentar o conceito de *socioleto* como “a atitude que uma comunidade sociocultural adota a respeito das interrogações fundamentais que lhe são feitas” (Greimas; Courtés, 2008 p. 480)<sup>1</sup>. Subjacente às articulações pensadas hierarquicamente, desde o *universo semântico* até o par *socioleto / idioleto*, permanece a proposição feita por Greimas e Courtés (2008, p. 183) na introdução do verbete *estrutura*: “Retomando, nas suas grandes linhas, a formulação dada por L. Hjelmslev, consideramos a estrutura uma entidade autônoma de relações internas, constituídas em hierarquias”<sup>2</sup>.

As articulações anteriormente referidas – em especial na alusão feita às “comunidades socioculturais” – remetem, por sua vez, ao princípio de que as línguas, observadas segundo a relação necessária entre *expressão e conteúdo*

<sup>1</sup> Em estudo que discute as condições para o estabelecimento de uma isotopia pensada em relação a um *corpus* coletivo, Greimas destaca a função do social na composição do idioleto: “O caráter idioletal dos textos individuais não nos permite esquecer o aspecto eminentemente social da comunicação” (Greimas, 1976, p. 124-125).

<sup>2</sup> A afirmação destacada por Greimas e Courtés com base no pensamento de Hjelmslev compõe a definição dada pelo linguista do que é linguística estrutural: “Entende-se por linguística estrutural um conjunto de pesquisas que repousam em uma hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura” (Hjelmslev, 1991, p. 29).

que as constitui, incorporam em sua imanência o dado social e cultural<sup>3</sup>. O destaque dado por Hjelmslev ao *uso semiótico* – assim considerado, na medida em que a substância linguística “manifesta um esquema semiótico” (Hjelmslev, 2003, p. 139) aponta para a irrefutável incorporação do cultural no interior das semioses<sup>4</sup>.

A partir dessas notas colhemos indicações para o entendimento de determinada cultura como uma semiose articulada na sua imanência, mas uma imanência que reclama a própria transcendência. Na transcendência está o histórico, o social, o cultural, ou simplesmente o “outro” – este, que, evocado como o segundo termo do par *identidade/ alteridade*, confirma-se na “relação de pressuposição recíproca” com a própria *identidade/* designada como “o mesmo” por Greimas e Courtés (2008, p. 251)<sup>5</sup>.

Junto à dicotomia *natureza / cultura*, lembrada como tributária da antropologia lévi-straussiana, Greimas e Courtés (2008, p. 337) destacam que a natureza “não pode ser nunca uma espécie de dado primeiro, original, anterior ao homem, mas uma natureza já ‘culturalizada’, enformada pela cultura”. Os autores fazem também referência a determinado entendimento da noção de cultura, para o qual ela estaria associada a uma comunidade linguística autônoma. Destacam então que, mesmo segundo essa perspectiva, é inevitável constatar a existência de “áreas culturais que transcendem fronteiras linguísticas” (Greimas; Courtés, 2008, p. 109). Ao aludir às “áreas culturais”, referem-se também à “cultura humana planetária, caracterizada por práticas científicas, tecnológicas e até mesmo, em parte, por ideologias comuns” (Greimas; Courtés, 2008, p. 109). As “áreas culturais”, tal como pensadas pelos autores, conduzem a fronteiras com a noção bakhtiniana de campo / esfera.

A obra de Bakhtin e do Círculo de intelectuais que ele representa, cravada em questões relativas à natureza social da linguagem e caracterizada pelo destaque dado à intersubjetividade para pensar a construção da subjetividade, traz à luz o conceito de esfera / campo – da atividade humana, da utilização da língua, da comunicação discursiva, entre outras denominações. Também aparece

<sup>3</sup> Ao destacar o exemplo do substantivo russo, *слон*, que designa *elefante*, Hjelmslev afirma: “Mas o elefante é algo muito diferente para um hindu ou um africano que o utilizam e o cultuam, que o temem ou o estimulam, e por outro lado para uma sociedade europeia ou americana, para a qual o elefante só existe como um objeto de curiosidade exposto em um jardim zoológico e nos circos e exposições, e descrito nos manuais de zoologia” (Hjelmslev, 1991, p. 63-64).

<sup>4</sup> Hjelmslev distingue, para o *conteúdo* linguístico, “uma forma específica, a forma do conteúdo, que é independente do *sentido* [massa amorfa] com o qual ela [a forma] se mantém numa relação arbitrária e que ela [a forma] transforma em substância do conteúdo” (Hjelmslev, 2003, p. 57). Tais princípios se alinham à definição de esquema semiótico: “Esquema semiótico: forma que é uma semiótica” (Hjelmslev, 2003, p. 139). Entre as declarações do linguista dinamarquês fica reafirmado o cultural como componente da imanência semiótica.

<sup>5</sup> O conceito de alteridade, no âmbito da sociosemiótica, homologa-se à noção de mundo percebido. Landowski (2002, p. 71), ao discorrer sobre a relação *eu/ outro* na constituição do sujeito como *presença-no-mundo*, afirma: “[...] toda construção identitária, toda ‘procura de si’ passa por um processo de *localização do mundo* – do mundo como alteridade e como presença (mais ou menos ‘presente’) em relação a si.”

nesse contexto a referência a determinado “campo de criatividade ideológica”, para o que a ideologia é concebida alinhada à função social dos signos: cabe aos signos refletir e refratar a realidade conforme a “interação semiótica de um grupo social” (Bakhtin / Volochínov, 1988, p. 36). O autor declara: “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral*” (Bakhtin / Volochínov, 1988, p. 36).

A formulação bakhtiniana de uma “mesma definição geral” como sustento de um campo favorece pensarmos os diferentes campos como regimes de sentido, ou melhor, como constituídos por diferentes “regimes semióticos” – estes últimos postulados por Fontanille e Couégnas (2018, p. 234). Pensados em relação com os regimes semióticos que os constituem, os campos da comunicação discursiva ora considerados para análise – historiografia e literatura – serão analisados conforme os componentes comuns que entram em sua formação. Mas são componentes que se tornam diferenciados mediante os distintos valores neles investidos. A função diversa desempenhada pelos mesmos componentes na “definição geral” do campo reverbera diferentes modos de convocá-los.

Na esteira do pensamento de Fontanille e Couégnas afirmamos que o campo equivale – mais do que a determinado regime de sentido – ao regime semiótico que entra em sua formação. Para o estudo da literatura e da historiografia, destacamos o regime semiótico que compreende a reunião de “textos e objetos” e que é considerado por Fontanille e Couégnas, entre os outros que compõem a experiência das práticas. Os textos e os objetos, para compor um regime “se assemelham fortemente pela visada mereológica do sentido, comum a ambos, e pela tendência a manter de maneira perene, por ‘encapsulação’, significações e sistemas de valores de alta complexidade”<sup>6</sup>. Se, para Fontanille e Couégnas, ao regime semiótico que comporta o processo de totalização do sentido sucede aquele que encerra em si práticas e formas de vida, a equivalência do campo a esse regime de totalização permite apreendermos a vinculação do próprio campo às práticas e formas de vida<sup>7</sup>.

Essas notas levam a reconhecer cada um dos campos aqui considerados como um “processo de totalização do sentido” [*Procès de totalisation du sens*] ou uma “obra” (Fontanille; Couégnas, 2018, p. 235). Paralelamente o campo se configura como uma totalidade não alheia às reverberações culturais: sejam

---

<sup>6</sup> “[...] [les textes et les objets] se ressemblent fortement par leur visée méreologique du sens, et par leur capacité à porter de manière pérenne, par “encapsulage”, des systèmes de valeurs d’une haute complexité”.

<sup>7</sup> A síntese da série dos regimes semióticos, cravados cada qual num nível, está no estudo feito por Fontanille e Couégnas (2018, p. 237).

aquelas que compõem a substância do conteúdo das línguas, sejam aquelas que permeiam as práticas e formas de vida.

Sem deixar de levar em conta “o semantismo profundo” atribuído a “Greimas, Fontanille, Zilberberg etc.” por Fontanille e Couégnas (2018, p. 230)<sup>8</sup> – ou sem deixar de levar em conta a imanência profunda, supostamente alheia ao social e ao cultural – contemplamos a porosidade entre os contornos do pensamento de Bakhtin e aquele da semiótica. A possibilidade de tal aproximação fica confirmada em estudo feito por Bakhtin sobre o que ultrapassa qualquer unidade linguística considerada em si mesma. O destaque a orações que em si mesmas nada significam está ilustrado pelo autor de *Estética da Criação Verbal* por meio destes exemplos: “O sol saiu”, “A grama é verde”. O pensador russo destaca que “toda informação semelhante [à contida nessas orações] dirige-se a alguém, é suscitada por alguma coisa, tem algum objetivo, ou seja, é o elo real da cadeia da comunicação discursiva em determinado campo da atividade humana ou da vida” (Bakhtin, 2003, p. 288). A noção bakhtiniana de *cadeia da comunicação* – se deslocada para o âmbito dos estudos semióticos – ratifica o princípio de que a extensão de uma unidade de sentido encerra um texto, um conjunto de textos (como aquele relativo a determinado estilo autoral), ou totalidades mais extensas como o campo do conhecimento.

Mediante esses pressupostos podemos contemplar a relação do texto com determinado domínio do conhecimento, do domínio com um campo da atividade humana e dos campos com determinada cultura. Analisáveis, os campos se alinham em interdependência para compor a cultura, preservado o princípio de que a transcendência – apreensível, por exemplo, das “apreciações coletivas” que formam a substância do conteúdo das línguas – não é, nem poderia ser alheia à imanência dos objetos semióticos<sup>9</sup>.

O gesto de interrogar a cultura – pensada conforme a pluralidade de suas manifestações – se se encontra amparado no princípio de que a cultura é formada segundo uma organização semiótica imanente, baseia-se também no entendimento de que o valor do que é imanente decorre de sua relação com o transcendente. Falamos de uma transcendência “pequena (e boa)” – tomando para nós expressão usada por Fontanille e Couégnas (2018, p. 232). A partir desse estudo afirmamos que a transcendência é “pequena” porque diz respeito ao *objeto do conhecimento* recortado pela visada do *sujeito cognoscente*. A transcendência é “boa” porque traz à luz o ser não como entidade atemporal e disposta fora do mundo, mas como ser contingente. Na contingência está o

<sup>8</sup> Os autores de *Terre de sens*, ao definir o horizonte epistemológico de uma antropossemiótica, alertam que, nesse domínio da investigação, o ponto de partida não mais será, entre outros citados por eles, o “semantismo profundo” (*le sémantisme profond*) associado aos princípios teóricos defendidos por Greimas, Fontanille, Zilberberg etc. (Fontanille; Couégnas, 2018, p. 230). Assim afirmam, ao acrescentar que o ponto de partida para a antropossemiótica está situado na diversidade dos mundos, a qual se conforma à pluralidade dos regimes semióticos possíveis.

<sup>9</sup> “Apreciações coletivas” é noção acionada por Hjelmslev nos *Ensaio linguísticos* (1991, p. 63).

*outro*. Está também aí a verdade, tida como dependente de contratos veridictórios.

## 1. Verdade: autenticidade e mistério

Passamos a examinar articulações internas à literatura e à historiografia, na medida em que cada um desses domínios do conhecimento institui um modo próprio de dizer. Com o modo próprio de dizer fica fundado o *éthos*, por sua vez vinculado a recursos de mobilização da estesia, entre os quais está a construção discursiva da verdade. Admitidas como componentes da categoria da veridicção, as articulações relativas à construção da verdade se apresentam conforme a relação entre o *ser* e o *parecer* do sentido. A partir de um “quadro em cujo interior se exerce a atividade cognitiva de natureza epistêmica” (Greimas; Courtés, 2008, p. 533), isto é, a atividade que convoca o *crer*, despontam estas relações: *parece e é* (verdade); *parece, mas não é* (mentira); *é, mas não parece* (segredo); *nem parece e nem é* (falsidade). Instituídas entre o *fazer-crer* do enunciador e o julgamento feito pelo enunciatário a respeito do caráter veridictório do que lhe foi comunicado, essas relações compõem a competência epistêmica daquele que, como enunciatário, configura-se também como coenunciador.

Greimas (2014, p. 123), ao realçar “a adesão do enunciatário como único meio de sancionar o contrato de veridicção”, alude a distintos “procedimentos destinados a produzir o verídico” (Greimas, 2014, p. 123). Chega a referir-se ao sujeito da enunciação do discurso científico como o que se apresenta na ordem de uma “camuflagem objetivante” (Greimas, 2014, p. 123), diferentemente daquele que se apresenta, em outros discursos, sob uma “camuflagem subjetivante” (Greimas, 2014, p. 123). Antes de tudo o autor realça, para a construção do simulacro da verdade, a importância da representação que o destinador faz do destinatário. Das notas de Greimas fica a sugestão de que diferentes modos de compor a veridicção conforme o “lugar frágil” do discurso sustentam diferentes modos de adesão a ela<sup>10</sup>.

Com base nesses princípios examinaremos como o signo “bandeirante”, convocado a compor-se como figura discursiva, ampara-se em diferentes procedimentos de engendramento da verdade nos enunciados historiográficos e literários. Para a historiografia lembramos estudo intitulado “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, em que encontramos a referência a um bandeirismo definido segundo práticas relativas à procura de pedras preciosas e ao apresamento dos índios. Após citar as conquistas de terras concomitantes à captura dos indígenas como atuação dos bandeirantes, a historiadora Myriam

---

<sup>10</sup> Greimas (2014, p. 117) sintetiza suas reflexões sobre o contrato de veridicção por meio desta sequência de tópicos: “o discurso é esse lugar frágil em que se inscrevem e se leem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo; modos de veridicção resultantes da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário; suas diferentes posições não se estabelecem senão na forma de um equilíbrio mais ou menos estável [...]”.

Ellis (2010, p. 314) constata: “Em 1638, partia nova e importante bandeira, tendo à frente Fernão Dias Pais, o futuro caçador das esmeraldas”. Assim se apresenta o “herói” datado e constituído segundo a veridicção concebida conforme uma verdade que *deve ser* atestada na ordem do factual<sup>11</sup>. Esse princípio remete ao escrutínio necessário feito das fontes bibliográficas, documentais, arqueológicas, às fontes relativas às narrativas orais, às biografias, às mídias – entre outras – todas que precisam ser comprovadas como autênticas. Junto ao fazer interpretativo desenvolvido pelo historiador em relação às fontes acessadas é mobilizado o gesto de *crer* naquilo que ele encontra e que é configurado como fonte. Assim se compõe o julgamento ou juízo epistêmico. Orientado conforme as posições ocupadas pelo *crer-ser* (e suas variações) no quadrado semiótico, o juízo epistêmico se articula conforme estes termos: *certeza (crer-ser)*; *improbabilidade (crer não ser)*; *probabilidade (não crer não ser)*; *incerteza (não crer ser)* (Greimas; Courtés, 2008, p. 172). Procurar indícios de *certeza* e de *incerteza*, de *probabilidade* e de *improbabilidade* obtidos na verificação das fontes constrói uma “competência epistêmica” peculiar à prática do historiador<sup>12</sup>.

Dessa conjuntura emerge o caráter autêntico – porque comprovável – da verdade, a ser corroborado por aquele que “põe a mão na massa”, como diz Carla Bazzanezi Pinsky (2008, p. 7-8). É o historiador que, no exercício de sua prática, dispõe-se a “penetrar em arquivos, ouvir depoimentos, manusear documentos, escarafunchar vestígios de cultura material ou simbólica, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das *experiências* de nossos antepassados, aceitando os desafios da História” – conforme as palavras da mesma historiadora (Pinsky, 2008, p. 8).

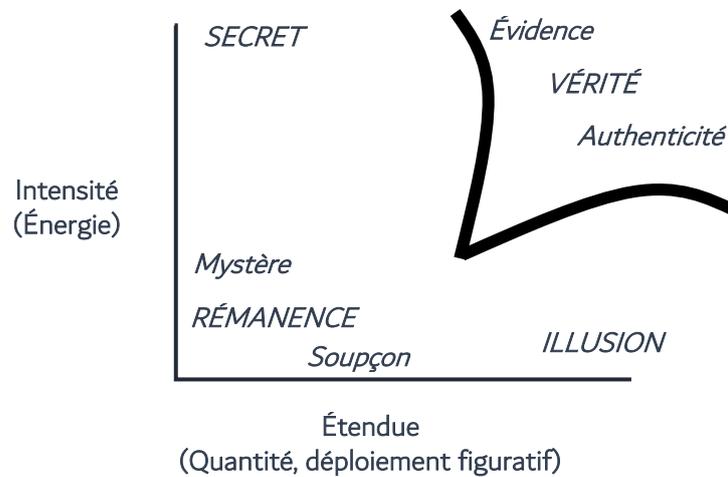
Fizemos referência a uma verdade autêntica. Entretanto, a autenticidade da verdade pode ser pensada na ordem das tensões sensíveis da semiose, como o faz Fontanille (1998). Tida como articulada no interior de uma estrutura tensiva, a veridicção, apresentada pelo autor segundo “as dimensões sensíveis e perceptivas” [*les dimensions sensibles et perceptives*] que a compõem (Fontanille, 1998, p. 236), passa a ser examinada junto às dimensões da intensidade e da extensidade. Registradas em retomada do diagrama apresentado em *Tensão e Significação* (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 113), tais dimensões, é bom registrar aqui, confirmam-se alinhadas aos princípios que fundam a “gramática tensiva” postulada por Zilberberg (2011).

<sup>11</sup> A aceção de “herói” concerne à figura central do bandeirismo, o bandeirante.

<sup>12</sup> A noção de competência epistêmica é desenvolvida no realce dado a ela junto ao juízo epistêmico, no *Dicionário I*: “o juízo epistêmico não depende somente do valor do fazer interpretativo que se supõe o preceda (isto é, do saber que incide sobre as modalizações veridictórias do enunciado), mas também – numa medida ainda a ser determinada – do *querer-crer* e do *poder-crer* do sujeito epistêmico” (Greimas; Courtés, 2008, p. 173).

Para problematizar a veridicção pensada na ordem do sensível, Fontanille a mantém entre os correlatos *intensidade / extensidade* e crava o *segredo* e o *mistério* junto à dimensão da “Intensidade (Energia)” [*Intensité (Énergie)*] (Fontanille, 1998, p. 237). Na linha da extensidade, ressaltada nos seus componentes “Quantidade / Desdobramento figurativo” [*Quantité / Déploiement figuratif*], o autor (1998, p. 237) considera a instalação dos termos “suspeita / ilusão” [*soupçon; illusion*] (1998, p. 237) – aquele, estabelecido junto à concentração do que é extenso; este, junto à difusão do que é extenso. Segue reprodução do diagrama referido:

**Figura 1:** Esquemática das dimensões sensíveis e perceptivas da veridicção discursiva.



Fonte: Fontanille, 1998, p. 237<sup>13</sup>.

Uma das curiosidades trazidas pelo estudo está no fato de que o autor desenha, no interior do diagrama, a linha divisória de uma “*cúspide*”, como ele mesmo designa a linha que contorna a zona que ocupa o espaço correspondente ao ápice da “*correlação conversada*” postulada por Zilberberg (2011, p. 93). Circundada pela *cúspide*, a área criada contém a instalação da verdade [*VÉRITÉ*] desdobrada em evidência [*Évidence*] e autenticidade [*Authenticité*]. Fontanille afirma que a verdade de evidência se instala em ruptura com um segredo anterior e que a verdade autêntica se instala em ruptura com a ilusão. Por sua vez, a ilusão é declarada em acepção que a vincula à *mentira*. São palavras do autor: “Na perspectiva de uma esquematização das dimensões sensíveis e perceptivas da veridicção discursiva, a mentira é substituída pela ilusão, esta ‘qualquer coisa’ que

<sup>13</sup> A elucidação dos termos em francês empregados no diagrama aparece ao longo de nosso texto.

se desdobra figurativamente sem a intensidade do ser” (Fontanille, 1998, p. 236)<sup>14</sup>.

Ainda conforme o mesmo estudo, a *falsidade* [RÉMANENCE] – correspondente a um efeito veridictório que persiste, mesmo após o enfraquecimento acentuado dos outros termos da veridicção – instala-se na base do ângulo reto representativo do encontro entre os correlatos *intensidade* / *extensidade*. Fontanille sugere que essa persistência veridictória parcial [RÉMANENCE] passa a substituir de modo próprio a *falsidade*: “[...] a falsidade é substituída pela ‘rémanence’, este ‘quase nada’, este traço resultante do enfraquecimento extremo da intensidade sensível e do desdobramento figurativo, e que pode, conforme o caso, produzir efeitos de suspeita [*soupçon*], ou de mistério [*mystère*]” (Fontanille, 1998, p. 236)<sup>15</sup>.

O estudo oferece condições para pensarmos a verdade historiográfica instalada no interior da área contornada pela linha divisória ou *cúspide*: uma verdade que oscila entre a *evidência* e a *autenticidade*. Por sua vez, no âmbito da literatura, a verdade – concebida como verossimilhança pelos teóricos da área, que alinham este último conceito à natureza ficcional do texto literário – apresenta-se, conforme, sugestão colhida do mesmo estudo, na ordem do *segredo* e do *mistério*.

Para a compreensão do mistério, o autor dá relevo ao *ser*, na articulação necessária com o *parecer*, conforme a noção de veridicção. Fontanille (1998, p. 235) enfatiza “um modo de existência ‘sensível’” [*un mode d’existence ‘sensible’*] para o *ser* na composição do mistério. É um *ser* que “se faz sentir”: “[...] o ser se faz sentir [...] e, ao fazer-se sentir dá origem a um sujeito apaixonado, inquieto, curioso ou simplesmente abalado em suas convicções” (Fontanille, 1998, p. 235)<sup>16</sup>.

No encadeamento dessas ideias Fontanille vincula a veridicção à paixão, para o que opõe, ao *ser* relacionado ao *parecer* nas relações formais que compõem a veridicção discursiva, um conceito renovado para o *ser*: “O ser é, nessa perspectiva, da ordem da energia e da dinâmica, isto é, da intensidade, suscetível de afetar e mesmo de desestabilizar o sujeito da percepção” (Fontanille, 1998, p. 235)<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> “Dans la perspective d’une schématisation des dimensions sensibles et perceptives de la vérédiction discursive, le mensonge est remplacé par l’illusion, ce ‘quelque chose’ qui se déploie figurativement sans l’intensité de l’être”.

<sup>15</sup> “[...] la fausseté est remplacée par la rémanence, ce ‘presque rien’, cette trace qui résulte de l’affaiblissement extrême de l’intensité sensible comme du déploiement figuratif, et qui peut, selon le cas, produire des effets de soupçon, ou de mystère”.

<sup>16</sup> “[...] l’être se fait sentir [...] et en se faisant sentir, il émeut un sujet passionnel, inquiet, curieux ou simplement ébranlé dans ses convictions”.

<sup>17</sup> “L’être est donc, dans cette perspective, de l’ordre de l’énergie, de la dynamique, c’est-à-dire de l’intensité, susceptible d’affecter, voire d’ébranler le sujet de la perception [...]”.

Se lembrarmos que no estudo sobre a vingança e a cólera Greimas distingue o sujeito da vingança (aquele que age, pois quer e pode vingar-se e se vinga), do sujeito tomado pela cólera, que se deixa perturbar por uma “agressividade orientada (afirmação de si e destruição do outro)” (Greimas, 2014, p. 253), mas que não age, não se realiza tal como o sujeito da *performance* vingativa – podemos propor uma distinção entre o *éthos* do historiador (correspondente ao sujeito ativo e realizado no cumprimento da verificação da autenticidade da verdade), e o *éthos* do literato, passivo, pois entregue ao acontecimento da verdade cifrada pelo mistério. O contrato de veridicção relativo à verdade historiográfica subentende que a verdade, além de apresentar-se como o que parece e é, seja comprovada como autêntica, porque documentável. Além disso, junto às tensões da semiose, ela é sentida, no interior do campo, como autêntica.

Ao falar do bandeirante e interpretar a função dessa figura na organização de nossa História, o enunciador poderá aludir à paixão por pedras preciosas, à gana por conquistar terras e aprisionar índios, características da presença do ator na narrativa historiográfica. Tudo, em princípio, é comprovável. Entretanto, como leitores dos textos historiográficos, não nos será permitido um ajustamento sensível a um bandeirante representado na ordem da *poiesis*. Lá, na historiografia, um *éthos* relativo ao discurso que pode discorrer sobre a paixão de um ator histórico; cá, na literatura, um *éthos* formado junto ao “discurso apaixonado”, que favorece a experiência do pensamento no trato imprimido no ator histórico. Ao encerrar o estudo sobre a cólera, Greimas (2014, p. 253) distingue “o discurso da paixão e o discurso apaixonado, perturbado pela ‘paixão’”.

Juntando a esquematização sensível da veridicção proposta por Fontanille às reflexões sobre a paixão registradas por Greimas, somos instigados a confirmar, para a literatura, um *éthos* que, apreensível de um “discurso apaixonado, perturbado pela paixão”, corresponde a uma *práxis enunciativa* diferente daquela que respalda o fazer historiográfico. A essas premissas se junta o fato de que o *éthos* da literatura privilegia, com a intensidade do *mistério* veridictório, um modo sensível de dizer ao longo do campo<sup>18</sup>.

Fontanille sugere que, para o *mistério*, a energia fortalecida do *ser*, pensado segundo um modo de existência sensível, minimiza o valor de impacto do *parecer* na estruturação tensiva da veridicção. O autor afirma: “O *ser* contém

---

<sup>18</sup> “O *éthos* [...] se constitui não apenas a partir dos resultados e dos fins aos quais se chega no encerramento dos percursos, mas, como o demonstraram os retóricos há muito tempo, principalmente a partir do detalhe dos comportamentos intermediários, dos argumentos utilizados e, de modo mais geral, a partir das maneiras de conduzir o curso da ação” (Fontanille, 2010, p. 11). “L’*ethos* [...] se constitue non pas seulement à partir des résultats et des aboutissements auxquels on parvient en fin de parcours, mais, comme l’ont montré tous les rhétoriciens depuis longtemps déjà, principalement à partir du détail des comportements intermédiaires, des arguments utilisés et, plus généralement, des manières de conduire le cours d’action”.

repercussões que o parecer desconhece” (Fontanille, 1998, p. 235)<sup>19</sup>. As reflexões de Fontanille permitem pensar o *éthos* do *historiador* também como apreensível de uma *práxis* que preserva a prioridade ao que *parece e é* e com as implicações decorrentes do declínio da força acentual do “*ser*” energizado de intensidade.

Greimas, ao analisar a formação social do contrato veridictório, realça nos textos, junto às marcas de isotopia que limitam a leitura, as “marcas veridictórias” (Greimas, 2014, p.118) tidas como igualmente limitantes. Após aludir à função da atitude adotada por determinada cultura em relação a seus próprios signos, Greimas (2014, p. 119), com base na noção hjelmsleviana de semiose, afirma que “os discursos de que nos ocupamos são apenas signos complexos, e as ‘atitudes’ que as culturas adotam em relação a eles são suas interpretações metassemióticas conotativas”.

As marcas de veridicção, se concebidas como organizações semióticas internas ao texto e ao campo no qual o texto se instala, apresentam-se atreladas à noção de “coerções semióticas” (Greimas; Courtés, 2008, p. 62-63)<sup>20</sup>. Consideradas como componentes de determinadas formações semióticas, as quais não só delimitam os campos, mas garantem a dinâmica interna a eles, as formações semióticas podem ser levadas em conta na unidade de sentido encerrada por determinado texto, bem como em conjuntos extensos de significações, relativos aos campos e aos regimes semióticos que os campos subentendem. Se, de um lado, essas ideias permitem visualizar a intersecção *texto / práticas e formas de vida*, de outro, favorecem pensar o texto como dado da cultura. A noção de uma cultura articulada em *campos / regimes semióticos* confina com as formulações que seguem, feitas por um pesquisador da área da Antropologia:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (Geertz, 2008, p. 4)

## 2. Estesia e paixão

Cotejados na intersecção com o campo do saber correspondente, os textos apresentam diferentes funções desempenhadas pelo *bandeirante*, relevado quanto à constituição estética do seu corpo actorial. No campo da historiografia,

<sup>19</sup> “L’être a des résonances, que le paraître ne connaît pas”.

<sup>20</sup> Greimas e Courtés (2008, p. 62-63) afirmam: “[...] pode-se tentar definir as coerções semióticas como um conjunto de obrigações, voluntárias ou involuntárias, conscientes ou inconscientes, contraídas pelo indivíduo em decorrência de sua participação nessa ou naquela prática semiótica”.

em capítulo intitulado *O Brasil Colonial* (1500-1822), encontramos o exame do papel desse ator na História do Brasil. O autor, após lembrar que a “grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras” (Fausto, 2006, p. 94), acrescenta: “A figura do bandeirante e as qualidades da sociedade paulista do século XVII foram exaltadas principalmente por historiadores de São Paulo como Alfredo Ellis Jr. e Afonso Taunay, que escreveram suas obras entre 1920 e 1950” (Fausto, 2006, p. 96). O comentário sobre o fato de que Ellis Jr. escreveu um livro intitulado *Raça de Gigantes* para exaltar a superioridade racial dos paulistas, raça articulada à exaltação dos bandeirantes tidos como os próprios paulistas, é seguido desta afirmação do historiador: “Na verdade, os paulistas não constituíram uma ‘raça especial’, mas um grupo de origem portuguesa ou mestiça que, por uma série de condições geográficas, sociais e culturais se distinguiram de outros grupos” (Fausto, 2006, p.96). O historiador, após realçar a coragem e o arrojo dos paulistas e acolher como certa a hipótese de que eles contribuíram para a extensão territorial do Brasil, faz seguir-se um raciocínio adverso: “[...] mas o simples relato de suas façanhas mostra que eles não tinham nada a ver com a imagem de heróis civilizadores” (Fausto, 2006, p. 96). Eis o olhar interpretativo do *éthos* do historiador na composição da figura do bandeirante.

Na literatura o ator histórico aparece encarnado, já que entregue à estesia representada pelas “florestas sombrias”, pelos “matagais, em cuja horrível espessura / Só corria a anta leve e uivava a onça feroz”<sup>21</sup>. Figura constante nas antologias da literatura brasileira, *O Caçador de Esmeraldas* ou Fernão Dias Paes Leme se apresenta no poema escrito por Olavo Bilac em 1902 como o sujeito que viveu e morreu absorvido por uma paixão: a obstinação pelas pedras preciosas, especialmente aquelas transparentes e de cor verde. O poema tem como subtítulo “Episódio da epopeia sertanista no XVII século” e apresenta as visões do herói à beira da morte registradas no quarto e último canto: *Verdes, os astros no alto abrem-se em verdes chamas; / Verdes, na verde mata, embaçam-se as ramas; / E flores verdes no ar brandamente se movem; / Chispam verdes fuzis riscando o céu sombrio; / Em esmeraldas flui a água verde do rio, / E do céu, todo verde, as esmeraldas chovem...* . O emprego recorrente de *verdes* no início e no fim de cada verso apresenta em gradação ascendente a intensidade do sentir e simultaneamente dissolve, no mesmo verde esmeralda, os contornos entre as ramagens, as flores, a água do rio, de um lado; de outro, dissolve os contornos entre a paisagem e o corpo do bandeirante.

Mas a cena da chuva das esmeraldas (canto quarto) vivida como arrebatamento por Fernão Dias é precedida desta declaração do poeta, que se dirige ao *Caçador de Esmeraldas*: *Ah, mísero demente! o teu tesouro é falso!*

<sup>21</sup> BILAC, Olavo. *O caçador de Esmeraldas. Poesia*, 1902. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968. p. 73-82.

(terceiro canto). Somada à declaração da loucura do bandeirante, há, no segundo canto, a sugestão de que Fernão Dias tinha consciência dos sofrimentos a que ele mesmo se expunha, mas reagia contrariando tais evidências. O enfrentamento se destaca em meio a interrogações feitas pelo poeta, nas quais ressoa a voz do herói: *Que importa o desamparo em meio ao deserto, / E essa vida sem lar, e esse vaguear incerto / De terror em terror, lutando braço a braço / Com a inclemência do céu e a dureza da sorte ?* – a que o poeta acrescenta: *Que importava? Ao clarear da manhã, a companha / Buscava no horizonte o perfil da montanha...* . No modo de um *querer-ser* singular, o bandeirante se mantém arraigado a esse estado improvável das coisas. É o mistério. O *não poder* paradoxalmente nutre “o *querer* do obstinado”, conforme sugerido em *Semiótica das Paixões* (Greimas; Fontanille, 1993, p. 75). O actante que sustenta *O Caçador de Esmeraldas* no enunciado oscila entre o segredo e o mistério, com ares de prioridade conferidos ao último termo, numa veridicção esquematizada na ordem do sensível. A literatura, não a historiografia, engendra condições para a “encarnação” sensível do corpo do bandeirante.

Por sua vez, o horizonte estratégico estabelecido pela *práxis enunciativa* concernente à História reafirma a verdade de evidência, tida como afastada da intensidade do segredo e, com prioridade de convocação, reafirma a autenticidade, considerada em ruptura com o mistério. De modo contrário, o mistério e o segredo literários se exacerbam no interior do campo mediante a recorrência da tropologia. Tal recorrência compõe o procedimento que favorece uma tonicidade ascendente imprimida à estesia – lembrada, a tonicidade, como subdimensão da intensidade. Esse modo de dizer se confirma no poema de Bilac, em que é mobilizado o ajustamento (mais do que a adesão) do enunciatário em relação aos afetos vividos pelo ator do enunciado<sup>22</sup>.

Os “diferentes modos de existência dos discursos verdadeiros” (Greimas, 2014, p. 119) fundam a literatura e a historiografia como campos distintos e permitem, no primeiro, a partilha – entre enunciador e enunciatário – da experiência de uma verdade apresentada sob o véu do mistério, enquanto ainda lá é favorecida ao leitor a possibilidade de experimentar “na própria carne” a obstinação do herói. Circundamos a noção de verossimilhança que, tal como pensada pelos teóricos da literatura, não se descola do mistério construído pela linguagem. Antonio Candido (2018, p. 55), em estudo sobre a personagem de ficção como componente do romance, designa a verossimilhança como “o sentimento da verdade”. Em seguida, ao aludir à “noção de mistério dos seres” (Candido, 2018, p. 57) como constituinte da criação literária, o autor ressalta o desenvolvimento de tal noção junto a diferentes estilos literários.

<sup>22</sup> Para a noção de um ajustamento pensado junto a interações de risco, ver Landowski (2013).

Ao conceito de mistério se associa a função do *crer* relacionado ao *saber* na composição das semioses. Entre a construção literária do obstinado Fernão Dias Paes Leme e a construção historiográfica do Fernão Dias Paes Leme conquistador dos sertões e aprisionador de indígenas, certamente há diferentes convocações do *saber* e do *crer*. Com base no trabalho de Zilberberg, entendemos que a dominância do *crer* sobre o *saber* induz ao mistério. A partir daí podemos reconhecer no poema de Bilac o bandeirante misterioso, cuja arquitetônica cobra pouco nosso saber a respeito da função do ator em nossa História. No interior do campo literário a configuração veridictória do mistério tende a obnubilar a entrada dos fatos históricos no ambiente criado por um poema. Zilberberg (2006, p. 142), ao destacar que “as modalidades do saber e do *crer* cifram de modo diferente seu objeto”, acrescenta: “Assim, quando Proust diz ‘Lá onde reinam as crenças, os fatos não entram’, o elemento notável não é a oposição, no fundo banal, entre *crer* e *saber*, mas o modo pelo qual essa oposição é traduzida em significado” (Zilberberg, 2006, p. 142).

No âmbito da enunciação historiográfica temos o enunciador que partilha com o enunciatário o *querer saber* e o *dever saber* sobre os antepassados contemplados pela memória discursiva. Se uma modulação de fechamento caracteriza o *saber* cotejado com o *crer*, verificamos tal fechamento nos mecanismos de textualização, que priorizam na historiografia a função utilitária da linguagem. Junto a esses recursos se compõe certa suspensão do *dever* do corpo do bandeirante no enunciado e, simultaneamente, do corpo do produtor do sentido, instituído na enunciação. Ao corpo é negado o *dever*, entendido como o *vir-a-ser*, e sustento da surpresa estética.

O *éthos* do historiador, diferentemente daquele apreensível da literatura, é, pois, instituído como da ordem da programação, não do arrebatamento, no trato com a linguagem. Programação (*pervir*) e arrebatamento (*sobrevir*) – conceitos propostos por Zilberberg (2011) e considerados grandezas que adentram o campo de presença – constituem recursos para o reconhecimento de uma estesia mais forte (mais arrebatadora) ou menos, como um dos gestos que compreendem o regime semiótico que compõe o campo.

Para o campo historiográfico, paralelamente à dominância do *fazer-saber* sobre o *fazer-crer*, há o *dever-ser* verdadeiro, ligado à verificação da autenticidade das fontes. À *práxis* historiográfica corresponde um sujeito inclinado a trazer à luz significações dispostas em conformidade com uma fala institucionalizada. Alfredo Bosi, interessado no exame das fronteiras entre a literatura e a História, destaca o princípio do empiricamente verificável, relacionado ao trato com as fontes historiográficas. Segundo ele, esse princípio é articulado a uma “consciência testemunhal” (Bosi, 2013, p. 226) constitutiva da prática do historiador. São estas suas palavras: “Onde há intenção histórica, o controle do leitor faz sentido” (Bosi, 2013, p. 224). O domínio do conhecimento

historiográfico, potencializado no processo de formação de uma enunciação em ato, confirma a veridicção instalada na zona da autenticidade, como foi postulado por Fontanille (1998). No mesmo domínio, o caráter do que *deve ser* empiricamente verificável, cobrado das fontes, acentua a força “ofensiva” dos fatos destacada por Zilberberg (2006) no confronto feito entre o *saber* e o *crer*.

Junto ao diagrama anteriormente registrado a verdade histórica é ratificada no interior da área circundada pela *cúspide*. Entretanto, com vistas a interrogar o modo historiográfico de dizer vinculado à construção da veridicção, podemos deixar de cotejar essa área e examinar como esse modo de dizer se orienta junto ao encontro entre a intensidade do sentir e a inteligibilidade das coisas do mundo. Se as grandezas extensivas se compõem junto à *quantidade*, que, preservada, permite que se percebam em número as coisas que se apresentam a nós; se, conforme esse princípio sai favorecido um desdobramento figurativo que mobiliza a difusão do conhecimento (o dever de informar e de interpretar) – o modo historiográfico de dizer se confirma ancorado na extensão, que dissipa o impacto da intensidade. Por sua vez, a relevância da inteligibilidade cobrada do campo da História corrobora a função do *parecer verdadeiro* – um parecer que se garanta pelos contornos mantidos dos fatos e dos eventos percebidos. Do conjunto decai o ímpeto ou o *elã* (Zilberberg, 2011) de estesia da linguagem. Por sua vez, na literatura diluem-se os contornos dos fatos, enquanto a linguagem em uso privilegia a convocação da intensidade do sentir para recriar a semiose do mundo. Sai vencedora, aí, a concentração da estesia, conforme a *práxis* que norteia esse uso da linguagem.

Para falar em *práxis* e no gesto de convocação correspondente a ela, encontramos apoio em estudo feito por Bertrand (1993)<sup>23</sup>. Bertrand (1993, p. 28) apresenta a convocação a partir da dicotomia hjelmsleviana “uso” vs. “esquema” (que substitui a de Saussure, “fala” vs. “língua”). O esquema se consolida e se torna um sistema da língua por meio da convocação reiterada e amadurecida, pela massa falante dos locutores, dos produtos da *práxis* que engendram o uso. Essa convocação – ele enfatiza – “está atrelada a um sujeito da enunciação, que seleciona e atualiza os valores” (p. 29)<sup>24</sup>. Para tanto, o autor se refere à antiga proposta de Greimas que opõe “o fechamento do uso definido pela história”<sup>25</sup> à “abertura do esquema definida pela estrutura” (p. 29)<sup>26</sup>. Bertrand considera os efeitos desse fechamento como as primeiras características vinculadas à convocação. Ele postula que o esquema “se apresenta como um sistema de relações disponíveis, cujo uso atualiza e fixa apenas

<sup>23</sup> Com vistas a viabilizar a fluidez da leitura, optamos, neste parágrafo, por registrar apenas os números das páginas citadas em série, relativas ao mesmo texto de Bertrand (1993).

<sup>24</sup> “Cette convocation [...] est instanciée dans un sujet d'énonciation, qui sélectionne et actualise des valeurs”.

<sup>25</sup> “[...] la fermeture de l'usage que détermine l'histoire”.

<sup>26</sup> “[...] l'ouverture du schéma qui détermine la structure”.

determinada ordem de combinações” (p. 29)<sup>27</sup>. Em seguida, ele considera a práxis enunciativa, manifestação do impessoal da enunciação, como “procedente da convocação, isto é, despreendida do sujeito do discurso, mas integrada intimamente a ele” (p. 30)<sup>28</sup>. E ele insiste, assim, na ideia de que o vínculo estabelecido entre a enunciação e a práxis enunciativa “tende a articular essa enunciação individual em conformidade com as organizações significantes, sedimentadas e esquematizáveis, pelas quais ela não é ‘responsável’” (p. 30)<sup>29</sup>.

Um princípio de desdobramento extensivo da significação fundado na *praxis* enunciativa atravessa esse estudo. Esse princípio ampara a noção extensiva do próprio *éthos*. Apreensível de uma enunciação em curso, logo uma enunciação pensada como *praxis*, o *éthos* emerge das práticas relativas a cada campo aqui considerado. Assim se confirma que, entre a literatura e a historiografia, um dos dois campos assegura condições mais favoráveis para a emergência do “objeto estetizado” (Zilberberg, 2006, p. 144). Entre tais condições está a profundidade da observação na construção do mundo observado. A noção de profundidade – vinculada ao movimento do olhar de um observador e aos lugares percorridos por esse olhar, lugares determinados como *centro / horizonte* (Fontanille, 2007) – entrará na composição de nossas notas finais.

## Notas finais

O movimento, para o autor de *Semiótica do discurso*, é concebido par a par com a noção de profundidade, pensada segundo a perspectiva de “actantes posicionais” (Fontanille, 2007, p. 103)<sup>30</sup>. Ao falar em actante posicional definido entre “os dois tipos de tomada de posição, a *visada* (intensiva) e a *apreensão* (extensiva)” (p. 103), o autor destaca que “a *pessoa* já tem seu lugar nas propriedades elementares do campo posicional se se entende por pessoa, no mínimo, um *actante dotado de presença*, um actante presente para si mesmo e para outrem” (p. 103). Mediante essa noção de actante, o autor estabelece a noção de “profundidade do campo posicional do discurso” (p. 102) e enfatiza que “a profundidade não é uma posição, mas um movimento entre o centro e os horizontes, nem uma medida, mas uma percepção de variação de tensão entre a intensidade e a extensão” (p. 102). Desse modo, como “uma mudança de equilíbrio entre a intensidade e a extensão e uma variação na tensão entre o centro e os horizontes” (p. 102) se desenvolve a profundidade. Os termos

<sup>27</sup> “[le schéma] se présente comme un système de relations disponibles, dont l’usage n’actualise et ne fixe qu’un certain ordre de combinaisons”.

<sup>28</sup> “[...] issue de la convocation, c’est-à-dire détachée du sujet du discours mais l’intégrant étroitement”.

<sup>29</sup> “[...] tend à articular cette énonciation individuelle sur les organisations significantes, sédimentées et schématisables, dont elle n’est pas ‘responsable’”.

<sup>30</sup> Com vistas a viabilizar o fluxo de leitura, por ora registraremos apenas os números das páginas relativas às citações em série, feitas da obra *Semiótica do discurso*, de Fontanille (2007).

*mudança e variação* se, como léxico encerram em si o traço de movimento, ao serem empregados no estudo da profundidade, incitam a considerar o mundo observado pelo actante posicional como um objeto cinético. Igualmente incitam a conceber como cinética a presença que percebe o mundo. Se o actante enunciativo se inclinar a ocupar o centro como ponto de partida, ou se se inclinar a ocupar os horizontes e, a partir de tais horizontes, procurar atingir o centro – teremos condições de apreender dois tipos de presença. Ou um *éthos* e *outro*.

Do confronto aqui esboçado entre a literatura e a historiografia deduzimos, na formação de cada campo, a orientação de um olhar que, como observação do mundo, parte do centro para o horizonte ou em direção contrária. Actancializada, já que pensada junto à formação do actante posicional, a observação sustenta um *éthos* fundado num ponto de vista integrado constituinte da presença entendida como *práxis*. Consolidado pela *práxis*, o ponto de vista sustenta a organização do campo. Se da *práxis* formos ao “campo de presença” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 124), este último entendido como “base perceptiva da apreensão de toda significação”, entenderemos, com o autor de *Semiótica do discurso*, a profundidade enquanto “percepção de uma variação da tensão entre intensidade e extensão” (Fontanille, 2007, p. 102). Desse modo se compõe um mecanismo recorrente de *fazer-ser* o sentido no interior do campo. Segundo Fontanille o centro está para a profundidade nula e os horizontes estão para a profundidade máxima – o que leva a compreender que no centro o movimento é diminuto ou quase nulo. O contrário está pressuposto ao deslocamento vindo dos horizontes para o centro<sup>31</sup>. Esses parâmetros levam a confirmar o ponto de vista integrado, sustentado pela *práxis*, como orientado entre uma profundidade máxima ou mínima.

Se para conceber a profundidade como dimensão que requer uma tomada de posição na observação do mundo – tomada de posição que envolve a visada e a apreensão – Fontanille lembra, entre outras relações, que “quanto mais a visada é intensa, menos a apreensão é extensa, e vice-versa” (p. 79), podemos apreender a dominância da visada sobre a apreensão na literatura, diferentemente do que acontece na historiografia. Essas distinções, que relevam o sensível no encontro entre o mundo percebido e o sujeito percipiente, articulam-se à estesia, que, constituinte da estética, diz respeito aos processos de estetização da linguagem.

A estética – associada ao princípio de uma *poiese* não desvinculada da *mimese*<sup>32</sup> – permeia tanto a literatura quanto a historiografia, conforme a

<sup>31</sup> Fontanille (2007, p. 102), ao falar da experiência da profundidade pensada na correlação inversa entre intensidade e extensão, afirma: “Nos dois extremos da correlação situam-se, respectivamente, o corpo-centro, em profundidade nula, e os horizontes, em profundidade máxima”.

<sup>32</sup> Antonio Candido ressalta que “a *mimese* é sempre uma forma de *poiese*” (1975, p. 12).

“gradação de estesia” que a compõe<sup>33</sup>. Pensemos no ator do enunciado, Fernão Dias Paes Leme, o bandeirante, trazido à luz no poema de Bilac por meio da incidência forte das figuras de retórica, contrariamente ao Fernão Dias Paes Leme acionado pelos ensaios historiográficos. Atrelados ao pensamento de Fontanille, podemos afirmar que o ator histórico, convocado de modo diferente pela literatura e pela História, vincula-se à “presença dos próprios conteúdos do discurso, presença mais ou menos sentida e mais ou menos assumida pela instância do discurso” (Fontanille, 2007, p. 140). Quanto mais sentida e mais assumida, a presença do ator do enunciado (o bandeirante), maior é o movimento do olhar observador. O actante posicional, postado no horizonte das possibilidades oferecidas pela estetização forte da linguagem, percebe em profundidade aumentada o ator do enunciado, ao sentir com Fernão Dias Paes Leme as vicissitudes sofridas pelo explorador das minas. Assim se projetam as variações da profundidade como recurso constituinte da *práxis* enunciativa associada ao campo da literatura.

Considerando a profundidade como “a distância (sensível, percebida) entre o centro e os horizontes” (Fontanille, 2007, p. 102); considerando que a profundidade é um elemento constitutivo do campo de presença – confirmamos algumas peculiaridades relativas à presença emergente da literatura e da historiografia. Ainda com base no estudo feito por Fontanille sobre a profundidade deduzimos que na historiografia o actante enunciativo se apresenta como aquele que se move a partir do centro, o que lhe confere competência para “avaliar e medir a distância em profundidade” (Fontanille, 2007, p. 103). Esse actante lembra o sujeito “do controle” destacado por Bosi junto à prática historiográfica. Na literatura, ao contrário, temos “a profundidade que se move a partir dos horizontes”, tomando aqui palavras de Fontanille (2007, p. 103). A profundidade da percepção favorecida pela literatura pode ser identificada como “de dominância emocional e passional”, conforme o mesmo autor (2007, p. 103). Para este último modo de apresentação da profundidade, Fontanille (2007, p. 103) cita a experiência da “vertigem”.

Ao levar em conta a relação que os textos estabelecem com determinado signo linguístico, signo que nomeia no discurso um actante do enunciado, examinamos estruturas da significação próprias à literatura e a historiografia, na medida em que tais estruturas se compõem, cada qual, conforme uma enunciação estendida, isto é, conforme uma *práxis enunciativa*.

A noção de *práxis enunciativa* – como convocação recorrente de determinados elementos que compõem a semiose – se pensada junto aos modos de convocar o movimento na formação da profundidade, confirma, para a historiografia e a literatura, dois diferentes modos de apropriação da cinestesia

<sup>33</sup> Os diferentes graus de densidade da estesia constitutiva da linguagem estão sugeridos em estudo que contempla o “*lógos* conotado em escala de gradação de estesia” (Discini, 2015, p. 303).

relativa ao encontro *sujeito / mundo*: entre lá e cá se dispõem regimes menos ou mais cinéticos.

O “processo de totalização do sentido” (Fontanille; Couégnas, 2018, p. 237) é levado em conta por nós como componente da formação do campo. Lembrando que, conforme os autores deste último estudo, a este regime segue aquele das práticas e formas de vida, não em necessária relação de continuidade com seu anterior, poderíamos nos ater à sugestão de descontinuidade entre a formação do campo e o regime das práticas e formas de vida, também identificado pelos autores como “Processo de regulação cursiva do sentido” [*Procès de régulation cursive du sens*].

Entretanto, ao referir-se aos quatro regimes distribuídos em dois blocos – dos quais destacamos por ora o regime de “totalização do sentido” (o segundo do primeiro bloco) e o regime que encerra práticas e formas de vidas (o primeiro do segundo bloco) – os autores acrescentam que a única previsibilidade que existe na formação de cada bloco “reside no encontro entre características gerais de uma semiose”<sup>34</sup> (Fontanille; Couégnas, 2018, p. 236). Destacam igualmente como fator de previsibilidade entre os regimes do primeiro e segundo blocos a predisposição ou “a ‘enunciabilidade’ deste ou daquele setor da atividade humana” (Fontanille; Couégnas, p. 236)<sup>35</sup>.

Na incorporação da noção de regimes de sentido postulada por Fontanille e Couégnas (2018), nós reconhecemos, a partir das formações semióticas contempladas até aqui como próprias a cada campo, distintas predisposições ou distintas condições de enunciabilidade que, inerentes a um campo e outro, são resumidas nestas três direções gerais: a) a esquematização da veridicção pensada na ordem do sensível; b) a estetização do *lógos* (a palavra enunciada) desenvolvida de acordo com a gradação da estesia; c) o movimento do olhar do observador na composição da profundidade organizada conforme a tensão entre a *visada* e a *apreensão*.

Acontece que, ao tratar das condições de enunciabilidade e das características gerais de uma semiose comum, como fatores que saltam do nível das totalizações do sentido para o nível das práticas e formas de vida, o estudo de Fontanille e Couégnas sobre os regimes semióticos acaba por desvelar a vocação da semiótica para pensar a cultura. Desse modo o texto – concebido como constituinte de um regime semiótico disposto na fronteira com aquele que encerra práticas e formas de vida – é ratificado como dado da cultura. O texto passa, pois, a ser entendido como meio de mobilização de determinada experiência cultural.

<sup>34</sup> “Leur seule prévisibilité réside dans la rencontre entre les caractéristiques générales d’une semiose”.

<sup>35</sup> “[...] ‘l’énonçabilité’ de tel ou tel secteur de l’activité humaine”.

Por que não examinar as condições de enunciabilidade – emergentes de um poema e de um ensaio historiográfico, ambos os textos que trazem à luz o signo “bandeirante” – na vinculação de tais condições a determinados sistemas culturais? Se Aristóteles, na sua *Arte Poética* (Capítulo IX, “História e poesia”) afirma que o historiador e o poeta “não se distinguem um do outro, pelo fato de que o primeiro escreveu em prosa e o segundo em verso” (Aristóteles, s/d, p. 306); se o filósofo acrescenta que o historiador e o poeta diferem entre si “porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido” (Aristóteles, s/d, p. 306); se o Estagirita afirma que “a poesia permanece no universal e a História estuda apenas o particular” (Aristóteles, s/d, p. 306), Geertz retoma a última das afirmações do autor de *Arte Poética* e declara ser melhor pensar no universal, constituinte da poética segundo Aristóteles, como determinado “acontecimento humano paradigmático” (Geertz, 2008, p. 211). Geertz assim introduz o conceito de “acontecimento humano paradigmático”, vinculado à literatura, para o que declara:

Nossas impressões sobre a vida humana são colhidas uma a uma e permanecem, para a maioria de nós, frouxas e desorganizadas. Entretanto, encontramos constantemente na literatura coisas que subitamente coordenam e trazem a foco uma grande quantidade dessas impressões, e isso é parte daquilo que Aristóteles queria dizer com o acontecimento humano típico ou universal. (Geertz, 2008, p. 211)

O antropólogo acrescenta: “Você não iria assistir a *Macbeth* para aprender a história da Escócia – você vai para saber como se sente um homem depois que ganha um reino e perde sua alma” (Geertz, 2008, p. 211). Para descrever a cultura cravada na experiência do “acontecimento humano paradigmático”, Geertz lembra a função da briga de galo na cultura do povo balinês e afirma:

[...] os balineses vão às brigas de galos para descobrir como se sente um homem, habitualmente composto, afastado, quase obsessivamente auto-absorvido, uma espécie de autocosmos moral, quando, depois de atacado, atormentado, desafiado, insultado e, em virtude disso, levado a paroxismos de fúria, atinge o triunfo total ou o nível mais baixo. (Geertz, 2008, p. 210-211)

As reflexões de Geertz levam a repensar as noções de *éthos* e de *páthos*, tal como incorporadas da retórica clássica pelos analistas do discurso, isto é, a imagem do enunciador (*éthos*), apreendida do que é dito e concernente a um modo próprio de dizer; a imagem do enunciatário (*páthos*), apreendida de recursos do próprio enunciado, que criam expectativas ou protocolos de leitura. Afinal, o balinês que vai às brigas de galo, compõe o “auditório” (o *páthos*), mas um *páthos* não restrito àquele enunciatário que deve ser persuadido, como prevê “a arte da persuasão”. O *páthos*, no relato de Geertz, desponta como experiência

sensível de um “auditório” entregue à vivência de um acontecimento paradigmático relativo à cultura balinesa.

O *páthos* do balinês diz respeito a um corpo em deslocamento suficiente para promover uma profundidade máxima na identificação com os animais que se dilaceram ao longo da briga. Numa analogia ingênua com o que disse Geertz em relação a *Macbeth*, podemos declarar: Você não lê *O caçador de esmeraldas*, de Bilac, procurando entender a participação do bandeirante na História do Brasil. O que você busca, ao ler o poema, é sentir a experiência da obsessão vivida por Fernão Dias Paes Leme. É vivenciar, com o bandeirante, o embate contra obstáculos, a própria aventura e delírio – todas essas experiências seguidas de perto pela experimentação do abandono, da frustração e da morte.

Fontanille (2008, p. 265-266) lembra que, “como um conjunto de formas sensíveis e observáveis no comportamento do ator”<sup>36</sup>, o *éthos* não se circunscreve ao propósito de alcançar o bom resultado no exercício da “arte de persuadir”. Trata-se de um *éthos* que está assegurado pela *hexis* que o compõe, uma *hexis* compreendida como uma “maneira duradoura de ser, de falar, de andar e, desse modo, de sentir e de pensar” (Fontanille, 2008, p. 267)<sup>37</sup>. Na historiografia, o modo duradouro de ser e de falar não só favorece, mas também potencializa condições de emergência da polêmica pública em torno do papel contraditório do bandeirante na formação de nossa História. Na literatura, o bandeirante se encarna mediante o valor de um “acontecimento paradigmático”, relativo à experiência de existir no mundo. A literatura e a historiografia – como distintos campos da comunicação discursiva, formados cada qual por determinado regime de totalização do sentido – articulam de modo próprio a cultura. “A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem” (Geertz, 2008, p. 212). ●

---

## Referências

ARISTÓTELES. Arte poética. In: *Arte Retórica e Arte poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro/Tecnoprint Ltda, s/d. p. 277-351.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

<sup>36</sup> “[...] en tant qu’ensemble de formes sensibles et observables dans le comportement de l’acteur”.

<sup>37</sup> “[...] manière durable de se tenir, de parler, de marcher, et, par là, de sentir et de penser”.

- BERTRAND, Denis. L'impersonnel de l'énonciation. *Protée*, v. 21, n. 1, 1993. p. 25-32.
- BILAC, Olavo. *Poesia*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968. p. 73-82.
- BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: Candido *et al.* *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2018. p. 51-80.
- DISCINI, Norma. *Corpo e estilo*. São Paulo: Contexto, 2015.
- ELLIS Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: Aziz N. Ab'Saber *et al.* (dir.). *A época colonial*. Do descobrimento à expansão territorial. Vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 300-323.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FONTANILLE, Jacques. L'analyse des pratiques: le cours du sens. *Protée*. Revue Internationale de théories et de pratiques sémiotiques. Répétition et habitude dans les pratiques quotidiennes, vol. 38, n. 2, automne 2010. p. 9- 19.
- FONTANILLE, Jacques. *Pratiques sémiotiques*. Paris : Presses Universitaires de France, 2008.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.
- FONTANILLE, Jacques. De la sémiotique de la présence à la structure tensive. In: LANDOWSKI, Eric; DORRA, Raúl; OLIVEIRA, Ana Cláudia de (dir.). *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo/Puebla: Educ/BUAP, 1998. p. 213-239.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.
- FONTANILLE Jacques; COUÉGNAS Nicolas. *Terres de sens*. Limoges : Pulim, 2018.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio linguísticos*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LANDOWSKI, Eric. Une sémiotique à refaire? *Galáxia* [on-line]. Revista do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, n. 26. dez. 2013. p. 10-33.

LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro*. Ensaios de Sociossemiótica. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

---

## Semiotics and culture: fields of knowledge

 DISCINI, Norma

**Abstract:** In this essay we shall examine fields of knowledge, conceived as semiotic articulations of culture. Starting from assumptions related to the definition of field presented by Bakhtin (2003), we shall examine the semiotic articulations internal to the field itself – from which the comparison between literature and historiography will emerge. Reinterpreted, the concept of field will refer to conditions of production of an extended semiosis beyond the limits of each text, without the text being discarded as a unit of analysis. The conditions of textual production will be observed according to their connection to a specific *enunciative praxis* (Bertrand, 1993), and according to the understanding that each field corresponds to a stable way of mobilizing the esthesia of language. Such stability will favour the apprehension of the *ethos* of literature and the *ethos* of historiography, each conceived as a specific corporal *hexis* (Fontanille, 2008).

**Keywords:** culture; field; enunciative praxis; ethos.

---

### Como citar este artigo

DISCINI, Norma. Semiótica e cultura: campos do conhecimento. *Estudos Semióticos* [online], volume 17, número 2. Dossiê temático: “A Semiótica e a cultura”. São Paulo, agosto de 2021. p. 21-43. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse)>. Acesso em: dia/mês/ano.

---

### How to cite this paper

DISCINI, Norma. Semiótica e cultura: campos do conhecimento. *Estudos Semióticos* [online], vol. 17.2. Thematic issue: “Semiotics and culture”. São Paulo, august 2021. p. 21-43. Retrieved from: <[www.revistas.usp.br/esse](http://www.revistas.usp.br/esse)>. Accessed: month/day/year.

---

Data de recebimento do artigo: 08/02/2021.

Data de aprovação do artigo: 28/03/2021.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 License.

